

Sessão 9

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E SOCIEDADE

066

ACESSO E EQÜIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS. *Bruno Morche, Bruna Cruz de Anhaia, Clarissa Eckert Baeta Neves (orient.)* (UFRGS).

No Brasil, em 2006, a matrícula em graduação presencial no ensino superior foi de 4.676.646 de estudantes e atingiu apenas 12, 65% dos jovens entre 18 e 24 anos, uma das taxas mais baixas da América Latina. O tema da inclusão social é uma prioridade, considerando que a nova onda de demanda por educação superior é oriunda das camadas baixas. Desde 2001, as IES, especialmente públicas, vêm implantando políticas afirmativas em seus processos seletivos visando uma maior equidade no acesso. O sistema educacional opera de forma equitativa quando garante a diminuição das desigualdades socioeconômicas e raciais que diferenciam as oportunidades de acesso. O objetivo desta pesquisa foi analisar as políticas afirmativas implementadas e sua relação com a equidade no acesso. Esta pesquisa valeu-se das seguintes bases de dados: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE); sites de IES e documentos oficiais. Na análise verificou-se a existência de quatro modelos de políticas afirmativas implantadas: cotas sociais (reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública ou de baixa renda); cotas raciais (reserva de vagas para negros/pardos e/ou indígenas); cotas sociais e raciais conjugadas; e acréscimo de bônus no vestibular para estudantes oriundos de escola pública e/ou afrodescendente (estaduais paulistas e algumas federais). Constatou-se, assim, uma grande variedade de modelos, tendo repercussões e resultados distintos conforme a instituição e a comunidade acadêmica. Em nenhum destes modelos há expansão de vagas. As políticas afirmativas visam maior diversidade e inclusão social ocupando, no entanto, as vagas já existentes. O impacto de tais iniciativas também leva à conclusão de que uma inclusão com equidade, ainda depende largamente de investimentos públicos.